



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007382-22.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão / Resolução**
Requerente: **Stephanie Timotheo do Amaral**
Requerido: **Marcelo Cleiton dos Santos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

O réu é revel.

Citado regularmente (fl. 36), ele não compareceu à audiência realizada e tampouco ofertou contestação (fl. 37), reputando-se em consequência verdadeiros os fatos articulados pela autora (art. 20 da Lei nº 9.099/95).

Como se não bastasse, os documentos que instruíram a petição inicial respaldam satisfatoriamente a versão nela contida.

A venda do automóvel trazido à colação da autora ao réu está cristalizada no contrato de fls. 07/09, avençando-se que este pagaria importância em dinheiro (R\$ 2.000,00) e se responsabilizaria pela quitação das parcelas decorrentes do financiamento implementado a seu respeito (cláusula 6ª - fl. 08).

Todavia, pelo que foi dado apurar nenhuma dessas obrigações foi adimplida pelo réu, de sorte que a rescisão do contrato transparece de rigor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Ademais, e inexistindo mais razão para que o réu permaneça na posse do automóvel, sua devolução à autora impõe-se.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a rescisão do contrato tratado nos autos (fls. 07/09) e para determinar a a reintegração da autora na posse do automóvel que constituiu o seu objeto.

Independentemente do trânsito em julgado da presente, expeça-se de imediato mandado de reintegração do bem em favor da autora.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 18 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**